



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PRAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO - CEDUC
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**

**RELAÇÃO SUPERVISÃO E PROFESSOR: UMA PARCERIA
NECESSÁRIA**

DAYSE LILIAN DA ROCHA CUSTODIO BRITO

**CAMPINA GRANDE-PB
2011**

DAYSE LILIAN DA ROCHA CUSTÓDIO BRITO

**RELAÇÃO SUPERVISÃO E PROFESSOR: UMA PARCERIA
NECESSÁRIA**

Trabalho de conclusão de curso, apresentado ao curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba como requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura Plena em Pedagogia.

ORIENTADORA: PROF^a. MESTRE VAGDA G. G. ROCHA

**CAMPINA GRANDE – PB
2011**

B862r Brito, Dayse Lilian da Rocha Custódio.

Relação Supervisão e Professor [manuscrito]: uma parceria necessária /
Dayse Lilian da Rocha Custódio Brito. – 2011.

25 f.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) –
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2010.

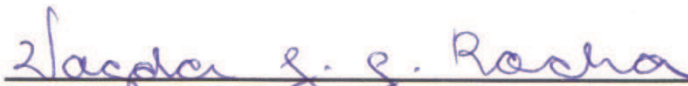
“Orientação: Profa. Ma. Vagda Gutemberg Gonçalves Rocha,
Departamento de Educação”.

1. Supervisão Escolar. 2. Administração Escolar. 3. Docência. I.
Título.

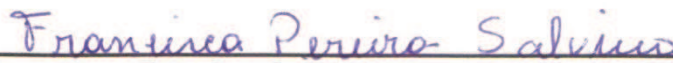
21. ed. CDD 371.203

DAYSE LILIAN DA ROCHA CUSTÓDIO BRITO

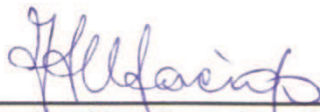
RELAÇÃO SUPERVISÃO E PROFESSOR: UMA PARCERIA NECESSÁRIA



Vágda G. G. Rocha - Prof^a. Mestre - UEPB



Francisca Pereira Salvino – Prof^a. Mestre - UEPB



Inácio de Araújo Macedo – Prof^o. Mestre - UEPB

Dedico este trabalho a meu esposo, Wagner e a minha filha, Sara que foram privados de minha atenção durante a construção do mesmo, mas souberam me compreender e auxiliar. Agradeço a paciência e o carinho.

RESUMO

Neste trabalho, buscamos entender como acontece ou como deveria acontecer a parceria entre supervisor e professores em suas atividades no âmbito escolar para que alcancemos uma educação de qualidade. A motivação para a escolha do tema surgiu quando percebemos que, na prática, o supervisor tem estado distante do professor. Entendemos o supervisor educacional como parceiro do professor em suas atividades, como um incentivador dos estudos e pesquisas, como um coordenador do planejamento e do projeto pedagógico escolar. Portanto, é importante que possamos refletir a prática da supervisão para que ela seja transformada de modo que haja uma relação de parceria entre o supervisor e o professor para que alcancemos uma educação significativa. Tivemos como objetivos, identificar que concepção de supervisão norteia essa prática, como ela tem se desenvolvido na Escola Anália Ribeiro (nome fictício) e quais as dificuldades que a limitam. Para a investigação, utilizamos a observação, questionários e entrevistas. Através das investigações realizadas, pudemos perceber que muitos limites existem para que essa supervisão aconteça de maneira significativa nas escolas, limites esses que vão desde a visão negativa do professor com relação ao supervisor até o acúmulo de tarefas ao qual o supervisor está submetido. Mas, redimensionando a sua função, o supervisor comprometido com uma educação significativa, pode ultrapassar as dificuldades e, através de uma prática coletiva, alcançar resultados transformadores.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é resultado de uma investigação realizada na Escola Anália Ribeiro (nome fictício), durante a Prática Pedagógica IV em Supervisão Educacional.

A princípio, o tema escolhido para a discussão seria outro, mas durante as visitas à escola, em nossas observações, percebemos que a prática da supervisão atuante nessa escola, não estava em harmonia com a concepção de supervisão que adotamos durante nossos estudos. Isso nos motivou a investigar a prática da supervisão em questão, sua relação com os professores e suas consequências.

Entendemos ser indispensável que todos os educadores, assim como o supervisor – que é um educador – desenvolvam sua prática de modo intencional e consciente, buscando recursos e estratégias para que a educação em nossas escolas seja significativa e transformadora. Por isso, é preciso que haja reflexão sobre as ações que estão sendo desenvolvidas para a identificação de possíveis problemas que tem se refletido através dos resultados obtidos no processo de ensino-aprendizagem.

Além do mais, sabendo que toda prática precisa ser baseada em fundamentos teóricos que, em se tratando de supervisão e sua prática, são tão escassos, temos a oportunidade de, através de investigação, estudo e reflexão sobre a própria prática, contribuir para o adensamento de estudos que possam dar suporte para os exercícios da supervisão.

Este trabalho tem o propósito de analisar como tem acontecido a relação supervisão – professor no processo de ensino-aprendizagem. Quais os limites para que o trabalho e a parceria sejam realizados com sucesso e quais as possibilidades para que a atuação do supervisor junto ao professor se desenvolva de modo a promover resultados significativos.

A escolha pelo assunto em tela foi feita partindo da percepção de inúmeros problemas e desafios existentes na escola e sobre a visão que os professores têm do supervisor e seu papel na educação.

Os objetivos que nortearam nosso trabalho foram: Identificar a concepção que a professora da 1ª série e a supervisora têm sobre a função supervisora; analisar

como se desenvolve a relação entre a supervisora e a professora da 1ª série; detectar as possíveis dificuldades encontradas pela supervisora no desenvolvimento do seu trabalho; os métodos utilizados pela supervisora para auxiliar o trabalho da professora do 1º ciclo intermediário.

Observa-se a necessidade, cada vez maior, de que o supervisor, o professor, e os demais membros da escola trabalhem juntos, numa proposta pedagógica assumida e vivenciada por todos os participantes da escola.

Para a realização da investigação, recorreremos à observação, entrevistas e questionários dirigidos à supervisora, à gestora-adjunta e à professora do 1º ciclo intermediário. Em seguida, realizamos uma análise, comparando a observação da prática com as respostas obtidas, através do referencial teórico que embasa o nosso entendimento sobre a supervisão.

Este artigo está estruturado em três sessões. A primeira, traz um breve histórico sobre a supervisão e identifica o supervisor educacional, especificando sua função, suas atribuições, a sua importância no processo de ensino-aprendizagem e sua relação com o professor.

A segunda sessão caracteriza a comunidade escolar onde aconteceu a prática e, em seguida, analisamos os dados decorrentes da pesquisa/prática de campo desenvolvida na Escola Municipal Anália Ribeiro (nome fictício), localizada em Campina Grande, Paraíba, sobre a supervisão educacional e sua parceria com a professora do 1º ciclo intermediário.

Por fim, apresentamos os resultados obtidos, procurando auxiliar na renovação dessa prática, trazendo uma reflexão e apontando possíveis ações para sua transformação.

A SUPERVISÃO

- Breve histórico

Nos dias atuais, muito se tem refletido sobre a função e atuação do supervisor educacional na escola, de modo que o supervisor seja visto como aliado do professor no processo de ensino-aprendizagem. Porém, muitas barreiras ainda precisam ser transpostas para que a relação entre supervisores e professores flua de maneira que haja companheirismo e cumplicidade. É preciso que a velha visão do supervisor como alguém que controla e fiscaliza seja dissipada, visão esta que acompanha a supervisão desde sua origem.

Nesta sessão, vamos discorrer um pouco sobre o surgimento da supervisão, sua relação com a educação e os caminhos percorridos para que o supervisor deixe de ser visto como um fiscal e passe a ser parceiro dos demais sujeitos da escola, especialmente do professor.

A supervisão surgiu com a industrialização, buscando a melhora quantitativa e qualitativa da produção.

[...] a supervisão é fruto da necessidade de melhor adestramento de técnicas para a indústria e o comércio, estendendo-se, posteriormente, aos demais campos: militar, esportivo, político, educacional e outros, com o objetivo de alcançar um bom resultado do trabalho em realização. (SOUZA, 1974 apud LIMA, 2001, p. 70)

Em sua origem, a função supervisora tinha como objetivo o inspecionar, o reprimir, o checar e o monitorar os que estavam sob seus cuidados. Como podemos perceber, era uma função de regulação.

Segundo autores como PASCHOAL (2009) e LIMA (2001), a supervisão só foi relacionada ao ensino em 1841 (Cincinnati) e em 1875 passou a verificar as atividades docentes. Sendo assim, mesmo em sua atuação na educação a

supervisão continuava exercendo a função de fiscalização, assim como acontecia na indústria.

A partir dessa relação com a educação, a função supervisora sofreu inúmeras mudanças. Passou a estabelecer padrões de comportamento e a aferir o rendimento escolar, buscando a eficiência do ensino. Em seguida, o supervisor teria como dever explicar, impor, julgar e recompensar. Em 1925, passa a ser líder democrático. Posteriormente, torna-se uma liderança de esforço cooperativo para alcançar determinados objetivos, valorizando assim, os processos de grupo. Em 1960, a supervisão se volta para o currículo, utilizando a pesquisa para a melhoria do ensino (LIMA, 2001; RANGEL, 2003; SILVA Jr. 2003).

Fica claro que, apesar das modificações ocorridas ao longo da história, a relação do supervisor com os demais personagens da educação escolar é sempre vertical. Sua atuação traz apreensão e desconfiança.

No Brasil, Segundo NOGUEIRA (1989), com o advento da II guerra mundial, a supervisão chegou através de uma parceria dos Estados Unidos com países da América Latina - entre eles o Brasil. Os Estados Unidos queriam evitar que o Socialismo chegasse a esses países e para garantir a expansão e solidificação do capitalismo, ofereceu ajuda prometendo promover um nível de vida economicamente mais sadio e produtivo.

Desde seu início no Brasil, a supervisão teve um caráter fiscalizador. Realizava atividades de inspeção para a melhoria da qualidade do ensino através de treinamento de recursos humanos. Visto que a formação do Supervisor era realizada em moldes americanos, enfatizava-se os métodos e técnicas de ensino.

A educação passou a ser vista como alavanca da transformação social e o Supervisor Escolar tinha a função de fazer com que a educação melhorasse e apresentasse resultados condizentes com o esperado.

No processo educacional, a supervisão escolar passou a exercer, nos diversos sistemas educacionais das unidades federadas, a função de controlar a qualidade do ensino, bem como a de criar condições que promovessem sua real melhoria, ao mesmo tempo em que se exigia do supervisor uma formação em nível superior. (NOGUEIRA, 1989, p. 73)

Até então, no Brasil, os supervisores eram formados em cursos realizados pelo PABAEE – Programa de Assistência Brasileiro-Americano ao Ensino Elementar. Com a regulamentação da Lei 5.540/68, a formação passou a ser oferecida como habilitação em curso de Pedagogia, fundamentada em uma pedagogia tecnicista. Partindo dessa formação, o supervisor escolar tinha sua prática pautada em aspectos tecnoburocráticos de ensino e controle.

- Papel do supervisor educacional: função e atribuições

Historicamente, a atuação do supervisor nas escolas brasileiras tinha como função o controle e a fiscalização como forma de garantir o programado pelos órgãos superiores de educação. Por isso, a figura do supervisor era e ainda é vista com desconfiança, o que tem dificultado a atuação desse profissional nas escolas. Entretanto, tornou-se notório que a função da supervisão não deveria ser sinônimo de fiscalização, mas de colaboração.

[...] o supervisor/educador foi percebendo, enfim, que sua tarefa não era transmitir uma mensagem pronta e acabada, mas reunir os educadores para que eles pudessem elaborar sua própria mensagem e com ela tentar mudar para melhor a vida de todas as pessoas a quem a mensagem pudesse ser apresentada. (SILVA JR. 1997, p. 94)

Nesse sentido, a supervisão passou a ter outra conotação. O supervisor começou a entender que seu trabalho não deveria ser de regulação, mas de suporte aos professores no que se refere ao ensino-aprendizagem dos educandos. Sua relação com os demais sujeitos da escola deveria ser horizontal – deixando claro que, de maneira nenhuma, o supervisor deveria sentir-se superior - para que, principalmente os professores deixassem de lado suas desconfianças e percebessem a possibilidade de que um trabalho em parceria pode apresentar melhores resultados. Mas, essa compreensão depende muito da postura do supervisor durante seu trabalho. É ele quem vai, a partir de suas ações, se legitimar

perante os professores e demais sujeitos da escola. Sobre isso, VILLAS BOAS (2003) coloca que é respeitando os companheiros de trabalho e valorizando o seu empenho, mais do que sua produção, sabendo oferecer suporte quando necessário como pessoa e como educador, tornando o ambiente um lugar seguro e estimulante que o supervisor conseguirá êxito nessa aproximação com os sujeitos da escola e consequentemente, êxito no seu trabalho.

A partir de relatos de professores e de observações realizadas em escolas de Campina Grande, percebemos que muitos supervisores, por causa de sua ação, têm colaborado para uma visão presa aos moldes antigos da supervisão. Fazem o seu trabalho de forma deficiente, resumindo-se à parte burocrática de fiscalização de diários de classe ou às reuniões de planejamento pouco proveitosas, nas quais raramente o professor tem a palavra e nem se sente motivado a fazer uso dela. É necessário que os educadores vejam o supervisor como parceiro. Como aquele que motiva, que provoca, que mostra ser possível a prática de uma educação que faça a diferença.

A supervisão, assim concebida, vai muito além de um trabalho meramente técnico-pedagógico, como é entendido com frequência, uma vez que implica uma ação planejada e organizada a partir de objetivos muito claros, assumidos por todo o pessoal escolar, com vistas ao fortalecimento do grupo e ao seu posicionamento responsável frente ao trabalho educativo. Nesse sentido, a supervisão deixa de ser um recurso meramente técnico para se tornar um fator político, passando a se preocupar com o sentido e os efeitos da ação que desencadeia mais que com os resultados imediatos do trabalho escolar. (ALONSO, 2003, p. 175)

O papel do supervisor, antes de tudo, é o de um educador que deve estar comprometido com a formação dos educandos. Dentro dessa concepção, sua função vai muito além da administração da educação (RANGEL, 2003), sua ação deve se refletir dentro das salas de aula. Sua ação deve resultar em sua aproximação com os professores e coordenadores para observar, analisar casos, estudar temas específicos, refletir sobre suas práticas de modo que haja o melhoramento da ação educativa na escola.

Não é de hoje que a escola tem enfrentado sérios problemas para desempenhar o seu papel na sociedade. Alunos que abandonam as escolas muito antes de concluírem o ensino obrigatório, e os que permanecem nela, muitos passam por sucessivas reprovações, atrasando o término de seus estudos. Em grande parte, esses problemas acontecem graças a dificuldades existentes no processo de ensino – aprendizagem.

Para que o supervisor possa colaborar com os professores, de maneira que ultrapasse o patamar dos discursos e que sua ação seja significativa, tendo reflexo no trabalho presente nas salas de aulas, é preciso que ambos entendam a necessidade de ter uma visão ampla sobre a escola e a sociedade em que a escola está inserida, pois tudo que acontece na sociedade se reflete na escola. Sobre isso, RONCA e GONÇALVES (2003) mencionam que a percepção da relação existente entre os problemas enfrentados na escola e o contexto social, político e econômico em que a escola se insere é condição imprescindível para que, superando o verbalismo, o supervisor adentre à práxis. Ressaltam ainda a importância de estar sempre informado sobre os acontecimentos ocorridos na sociedade brasileira e ter consciência de como esses acontecimentos interferem na sua prática e como pode agir de maneira que sua prática traga transformação para essa sociedade.

A consciência da relação existente entre escola e sociedade deve ser obtida não apenas pelo supervisor, mas por todos os sujeitos da escola. Mas, cabe também ao supervisor promover momentos de reflexão sobre essa relação e seus efeitos no cotidiano escolar assim como na prática de seus sujeitos.

[...] No processo dessa construção coletiva encontrará o supervisor os contornos desejáveis de sua prática profissional. Tornar-se-á ele o organizador dessa grande reflexão educativa da qual participará em igualdade de condições com os demais educadores. (SILVA JR. 1997, p. 103)

Como já dissemos, o supervisor deve ter como objeto de sua ação o processo de ensino-aprendizagem, que, segundo RANGEL (2003), abrange “[...] currículo, programas, planejamento, avaliação, métodos de ensino e recuperação [...]”. Ainda

segundo essa autora, o supervisor deve coordenar os processos acima citados, promovendo a integração e orientação fundamentada no estudo, nas trocas de experiências e no significado da práxis.

É interessante ressaltar que muitas vezes o supervisor, no intuito de colaborar com o professor, tentando facilitar o trabalho de ambos, subestima o professor, trazendo-lhe atividades ou projetos prontos para que este apenas os execute. Essa prática é um desrespeito à capacidade do professor e uma distorção do papel do supervisor. O excesso de trabalho dos professores e a escassez de tempo são os motivos mais utilizados para justificar esse tipo de atitude que, na realidade, segundo SILVA JR. (1997, p. 98), é vestígio da “ideologia da incompetência do outro”. É importante que a relação professor-supervisor não seja uma relação de dependência, mas de cooperação.

A função do supervisor é promover momentos de estudo e reflexão da prática para que as dificuldades e deficiências sejam identificadas e sejam encontradas alternativas de ação para a transformação dessa prática. É fazer com que a prática, depois de analisada e refletida, seja suporte para uma prática melhor. RANGEL (2003) coloca que deve haver uma supervisão do planejamento de ensino para a orientação de conceitos e critérios, realizando assim uma construção coletiva. Desse planejamento fazem parte os objetivos, o conteúdo, os procedimentos, a avaliação e a bibliografia que será utilizada para a definição dos mesmos.

Promover o estudo na escola é atribuição do supervisor e esta deve ser levada a sério. Portanto, apesar de não ser o único, ele é responsável pela formação continuada do professor - que, segundo CRUZ (2009, p. 157), é um “processo dinâmico por meio do qual, ao longo do tempo, um profissional vai adequando sua formação às exigências de sua atividade profissional” - deve acontecer diariamente em sua prática, de modo que essa prática trabalhada e refletida de maneira crítica, seja fonte de conhecimento para a formação continuada (ALONSO, 2003), e sua atuação resulte em uma educação significativa na vida dos educandos.

Assim, a atitude do estudo é freqüente e essencial pela importância de atualizar o conhecimento (re)elaborado e (re)construído no processo ensino-aprendizagem, que é o foco da supervisão, relacionada à formação permanente dos professores: uma formação ‘em serviço’, que não se realiza

sem que sejam garantidas a esses professores oportunidades de estudar (ler, debater, avaliar, reelaborar conceitos e práticas) coletivamente. Nesse caso, o cotidiano do processo de ensinar e aprender oferece a 'matéria' a ser estudada e o supervisor 'coordena' as oportunidades coletivas nesse sentido. (RANGEL, 2001, p. 67)

Uma excelente oportunidade para essa atuação do supervisor como motivador, mobilizador e coordenador é a construção do Projeto Político-pedagógico da escola que, segundo BARBOSA (2009 apud VEIGA, 1996), é um documento que norteia a ação pedagógica, devendo ser construído de maneira coletiva pelos agentes do processo educativo na escola. O supervisor deve coordenar as reuniões para estudo sobre o projeto, pesquisas que revelem a realidade atual da escola, discussões para a definição dos objetivos e metas a serem alcançados, assim como do alvo que se deseja atingir. Durante esse processo de construção, a prática deve ser refletida constantemente de maneira que as ações sejam intencionais de modo que se possa alcançar o alvo que foi estabelecido.

Esse, porém, é um processo longo em que todos da comunidade escolar têm o direito de colocar suas opiniões de maneira que possam se sentir sujeitos ativos e importantes na escola e possam se ver como educadores que são. Sendo assim, o supervisor deverá agir com sabedoria e moderação, motivando as discussões e reflexões, não permitindo que o processo seja interrompido no meio do caminho e consciente de que essa construção é contínua, pois, o Projeto político-pedagógico deve ser revisto quando de sua execução, para possíveis ajustes que se apresentem necessários.

Sendo assim, devemos considerar o Projeto político-pedagógico como um processo permanente de reflexão, em que se pensa a prática e se busca soluções para os problemas encontrados, é necessário não perder as intencionalidades que movem esta prática. Isso significa que o Projeto político-pedagógico tem a ver com a organização do trabalho pedagógico da escola na sua totalidade, e a organização da sala de aula, incluindo sua relação com o contexto social. (BARBOSA, 2009, p. 108)

Como podemos perceber, muitos desafios se colocam para a realização da função supervisora nas escolas. O tempo é pouco, os recursos por vezes limitados, mas é necessário que os supervisores superem essas dificuldades e lutem para promover uma educação significativa. Para RONCA e GONÇALVES (2003) do supervisor, é exigido em sua prática que ele avalie criticamente o seu desempenho, aperfeiçoando-se tecnicamente e, especialmente, como pessoa e cultivando a interatividade para mobilização dos professores. Além disso, concordado com BARBOSA (2009 apud ARROYO, 1982) sua ação e a reflexão sobre ela deve provocar a transformação da própria prática do supervisor, usando a realidade como ponto de partida para a melhoria de seu trabalho.

Na próxima sessão, será feita a caracterização da escola pesquisada e analisaremos a prática de supervisão que é desenvolvida na escola em questão, fazendo uma relação com tudo o que estudamos até o momento.

A SUPERVISÃO NA ESCOLA ANÁLIA RIBEIRO

A Escola Municipal Anália Ribeiro (nome fictício) foi inaugurada em 1949, na administração do prefeito Elpídio de Almeida, ainda que usemos um nome fictício, é importante frisar que a escola recebeu o nome em homenagem a uma professora que foi a primeira a instalar uma escola de jardim de infância em Campina Grande.

A escola tem uma estrutura básica, contando com cinco salas de aula, três banheiros, uma cozinha, uma diretoria/secretaria, um pátio, um campo de areia e uma horta. Contudo, estes espaços não são suficientes para atender à crescente demanda.

De acordo com as normas que regem a educação municipal, o horário escolar funciona para os três turnos da seguinte forma: pela manhã de 07h às 11h20min; à tarde de 13h às 17:20m; à noite- de 19h às 22h. Nos turnos da manhã e da tarde são reservados 20 minutos para a merenda e a recreação, e no turno da noite são reservados 10 minutos para a merenda.

A escola funciona através do sistema de ciclos, cuja proposta pedagógica abrange quatro campos de estudos: família, meio ambiente, cultura e cidadania, que são desenvolvidos ao longo dos bimestres. A escola apresentava em 2010, quando da pesquisa/prática, um total de 350 alunos matriculados nos três turnos, atendendo

a educação infantil, a primeira fase do ensino fundamental e a educação de jovens e adultos.

Quanto a equipe de trabalho, a escola conta com uma gestora geral que é licenciada em Letras e especialista em Formação do educador; uma gestora adjunta que é formada em Pedagogia com Habilitação nas Séries Iniciais do Magistério e Habilitação nas Disciplinas dos Fundamentos do Magistério e está cursando especialização em Educação Infantil; treze professores, dos quais dois possuem o ensino médio normal, nove possuem licenciatura em pedagogia e dois possuem outra graduação – destes, três possuem especialização. A equipe pedagógica é formada por quatro pessoas – a supervisora, a orientadora, a assistente social e a psicóloga; há também duas secretárias; duas merendeiras; duas auxiliares de serviço; dois vigilantes; o conselho escolar é formado por quinze membros escolhidos em assembléia, com a representação de todos os seguimentos que compõem a comunidade escolar (pais, alunos, professores, funcionários, diretoria e técnicos).

Atualmente, o prédio da escola é tombado como patrimônio histórico da cidade. Por este motivo, não tem passado por reformas que alterem a sua estrutura física, principalmente a fachada do prédio.

A administração financeira da escola é de responsabilidade do Gestor Geral e do Conselho Escolar, cabendo ao Conselho aplicar e inspecionar todos os recursos oriundos do Ministério da Educação (MEC), de acordo com as normas prescritas legalmente (Lei Nº 9.394/96).

A escola implantou o Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE), projeto este viabilizado através da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte do Município de Campina Grande (SEDUC) em parceria com o MEC. Essa instituição também desenvolve o Projeto de Saúde Bucal, realizado em parceria com o posto de saúde do bairro em que a escola está inserida.

A escola tem um patrimônio que vem sendo ampliado devido às verbas vindas do MEC através do PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola), este patrimônio consta atualmente com mobiliário, equipamentos – televisão, aparelho de DVD, Data Show - material didático e acervo bibliográfico.

- A pesquisa e a proposta de trabalho

As informações que aqui estão apresentadas resultam da realização de entrevistas e aplicação de questionários com a Supervisora, a Gestora e uma Professora da Escola Municipal de Ensino Fundamental Anália Ribeiro, localizada na cidade de Campina Grande-PB.

Iniciamos o trabalho com uma observação que nos mostrou um pouco da realidade da escola. A princípio, o projeto a ser desenvolvido neste estágio abordaria outro tema. Porém, ao observarmos o andamento das relações nesta escola, sentimos a importância de refletir sobre a supervisão e seu papel na escola, mostrando a necessidade do supervisor trabalhar em parceria com o professor.

Nosso objetivo era entender como a supervisão atua na referida escola e sua relação com os demais sujeitos, principalmente, os professores. As primeiras visitas nos mostraram que algo não estava funcionando como deveria. Sabemos que existem dificuldades para o trabalho do supervisor em nossa cidade, especialmente, visto que este tem sob sua responsabilidade um núcleo formado por duas ou três escolas, que devem ser visitadas semanalmente. Essa multiplicidade de tarefas deixa muitas lacunas no desempenho da supervisão dificultando sua atuação na organização coletiva do trabalho junto aos professores (SILVA Jr., 1997). No entanto, mesmo quando as visitas à escola eram realizadas nos dias de plantão da supervisora, era muito raro encontrá-la.

Nas primeiras conversas que tivemos com a supervisora, era visível a insegurança em explicar sua visão sobre a supervisão e sua atuação na escola. Fato este que, dificulta ainda mais a sua atuação, pois sabemos que toda prática educativa deve ser intencional e fundamentada em convicções sólidas que se alimentam da concepção que adotamos para nossa atuação. Concordando com BARBOSA (2009, p. 104), entendemos que um educador deve ter “[...] clareza em suas convicções políticas e educativas e que contribua para que aconteça mudanças no sentido de construção de uma nova sociedade”. É certo que na nossa formação, muitas falhas existem, pois a realidade é muito diferente do que aprendemos na sala de aula ou do pequeno contato que temos com a prática durante nossa formação. Além disso, universidade alguma, independente do curso, é capaz de formar um profissional na sua completude, porém, faz-se necessário que

o profissional estude, pesquise e defina que tipo de prática quer exercer. Quanto a isso, SILVA Jr. (1997) argumenta que a ajuda para superar essa deficiência da formação vem da prática do supervisor. Portanto a prática da supervisão deve ser refletida diariamente para que essa reflexão a transforme.

Foram aplicados questionários idênticos para a supervisora, a professora do 1º ciclo inicial e a gestora. No entanto, a professora não devolveu o questionário e, também não foi possível realizar a proposta de atividade do projeto elaborado para essa prática. Porém, em uma conversa com a mesma, podemos captar sua visão sobre a supervisão, as deficiências encontradas e como ela entende que deveria ser a ação supervisora na escola em questão.

Comparando o que víamos e o que ouvíamos da supervisora, pudemos perceber uma grande distância entre os discursos e a realidade. O mesmo podemos dizer sobre as informações dadas pela gestora. É perceptível, nas respostas dadas, o esforço para fazer parecer que a atuação da supervisão nessa escola acontece de maneira satisfatória.

Em primeiro lugar, todas preferiram levar o questionário para casa, pois, alegaram que um questionário “como este deveria ser respondido com muita calma e raciocínio” (supervisora). É interessante notar como todos têm medo de dar a “resposta errada”, ou de colocar sua opinião, quando sabem que esta contradiz as palavras da supervisora.

Inicialmente, questionamos sobre a concepção de cada uma quanto a função da supervisão. A gestora entende que é função da supervisão o planejamento do conteúdo programático da grade curricular, junto aos professores; que o supervisor deve dar suporte ao professor como articulador do processo de ensino-aprendizagem, visto que ele, estando fora da sala de aula, consegue ver melhor as necessidades e os recursos necessários para um bom desempenho do professor nas aulas. Já a supervisora entende sua função como o dever de planejar junto aos professores as atividades pedagógicas, acompanhá-los no processo de ensino-aprendizagem e dar suporte teórico-metodológico. Também deve auxiliar o professor, dando atendimento individual aos alunos com dificuldade de aprendizagem. A professora entende que a supervisão deve dar suporte ao professor, auxiliando-o no processo de ensino aprendizagem e deveria estar mais presente na sala de aula.

Em suas respostas, todas concordaram que o papel da supervisão é o de

auxiliar o professor no processo de ensino-aprendizagem. Mas, não é o que acontece na prática, pois a professora diz sentir falta de uma supervisão mais presente e que os encontros bimestrais não são suficientes para que haja um auxílio eficaz. Quanto a essa atuação com os professores, RONCA e GONÇALVES (2003) colocam que o supervisor deve proporcionar momentos de reflexão junto aos educadores para que a prática seja refletida, experiências sejam compartilhadas de maneira que possam encontrar alternativas para melhorar essa prática.

Durante o tempo que passamos na escola e através dos relatos da professora foi possível identificar a ausência de momentos destinados ao estudo e análise da prática docente nessa escola. Por outro lado, podemos identificar uma ação da supervisora que extrapola sua função. Ela menciona que auxilia as professoras dando atendimento individual aos alunos com dificuldade de aprendizagem, no entanto, essa função deve ser realizada pela psicopedagoga com o objetivo de identificar ou investigar uma estratégia de ensino mais adequada ao caso – visto que a escola dispõe de uma equipe técnica que é formada por supervisora, orientadora, assistente social, psicóloga – e, na ausência desta, a psicóloga escolar ou mesmo a orientadora o poderia fazer. O trabalho do supervisor é com o professor e não diretamente com o aluno. Assim, nesse caso, sua atuação poderia ser a de fazer uma investigação para saber quais as limitações do aluno de maneira que pudesse ajudar a professora a encontrar estratégias para sanar o problema.

Em seguida, indagamos se a função de supervisão é exercida na escola da maneira que deveria ser. A gestora afirma que a supervisão acontece satisfatoriamente dentro do que é programado e que poderia ser melhor desenvolvida se houvesse mais espaço físico para sua atuação. Refere-se à falta de uma sala específica para a supervisora. A Supervisora confirma que, na medida do possível, sua função é exercida a contento. Porém a professora não entende que a supervisora exerça sua função como deveria. Segundo ela, a supervisora limita-se apenas aos encontros de planejamento bimestrais, pouco ajuda na sugestão de temas e atividades, não contribui com recursos diversos e sente falta de reuniões individuais com a supervisora para que esta possa tomar conhecimento de como auxiliá-la, orientá-la ou discutir sua prática de uma maneira mais significativa. Em seu ponto de vista, “a supervisão deixa muito a desejar”.

Quanto à atuação da supervisora em questão, identificamos divergência nas palavras da gestão e da própria supervisora quando comparadas a da professora.

Também presenciamos situações que denunciam a deficiência. Em uma de nossas visitas à escola, encontramos a supervisora folheando o diário de classe de uma das professoras e, constatando a falta de registros referentes a muitas aulas, a supervisora questionava à gestora-adjunta sobre essas lacunas no diário e foi lembrada pela gestora em questão que essa função era da supervisão.

Concordando com a reclamação da professora, os planejamentos bimestrais não são o suficiente para que a supervisão desenvolva um trabalho de parceria com o professor, pois eles acontecem bimestralmente e têm pouca duração. É necessário que os professores tenham um tempo individualmente com o supervisor e que isso, aconteça com a maior frequência possível, para que o supervisor possa compartilhar as dificuldades encontradas pelo professor para a realização de sua função e que ambos procurem um auxílio em recursos, pesquisas, material para estudo, etc. No que diz respeito ao suporte dado aos professores, segundo a supervisora, os professores recebem a ajuda que precisam. Mas, em sua concepção – isso podemos perceber nas conversas que tivemos com ela e baseada no tipo de “ajuda” que ela nos mostrou dar para às professoras - ajuda significa os planejamentos bimestrais e algumas sugestões de atividades que já são trazidas prontas e entregues para as professoras. Segundo ALONSO (2003) o papel do supervisor é oferecer orientação e assistência aos professores no que se refere às suas dificuldades e ressalta a importância de manter um relacionamento próximo com eles colaborando sempre que necessário. Portanto o supervisor não deve fazer pelo professor, mas auxiliá-lo nessa construção. A atuação do supervisor ao lado do professor não deve ser para a dependência, mas para autonomia. Dessa maneira, a atuação dessa supervisora se aproxima do tipo de supervisão que já era criticada desde as décadas de 60 e 70 (Sec. XX), um técnico que resumia suas ações a trabalhos administrativos como o controle de diários de classe, a observação de planejamentos e relatórios que deveriam ser preenchidos. E, mesmo nessa perspectiva, ela ainda estaria exercendo sua função de maneira deficiente, pois encontra dificuldades até para supervisionar o preenchimento dos registros de aulas dos professores.

Quando nos referimos às dificuldades encontradas para a atuação da supervisora, a gestora mencionou a falta de tempo por conta da carga-horária muito apertada, não permitindo paradas para debates e reflexões com os professores e também, o fato de o supervisor não trabalhar só em uma escola – mas no núcleo

que, nesse caso, é formado por duas escolas – limitando o seu tempo na escola em questão. A supervisora colocou como dificuldade o pouco tempo para dar atendimento a duas escolas e a falta de abertura de algumas professoras.

Realmente o tempo é um dos grandes vilões no que diz respeito ao trabalho do supervisor. Por ter que realizar suas funções técnico-administrativas e as funções pedagógicas em mais de uma escola, seu trabalho acaba sendo prejudicado. Mas, a escassez de tempo não pode ser usada como desculpa para a não realização do trabalho do supervisor junto ao professor. BENEVIDES (2009) fala sobre a dificuldade de organizar o tempo na escola, devido ao calendário apertado definido pela secretaria de educação, mas diz que esse desafio deve ser enfrentado e que se quisermos melhorar a qualidade da educação, é preciso que haja uma flexibilização do tempo para atender às necessidades da comunidade escolar. Coloca ainda que além do tempo que passa na escola e na sala de aula, o professor precisa encontrar tempo para dedicar-se a sua formação.

Essa relação de companheirismo do supervisor com o professor é importante para a formação continuada. Nós vivemos em um mundo dinâmico e que estende essa dinâmica às relações. Se o dever da escola é formar o educando para ser um cidadão e atuar na sociedade, é necessário que, tanto o supervisor como o professor estejam em constante contato e desenvolvendo estudos e pesquisas para que possam conduzir um processo de ensino-aprendizagem significativo. Se o supervisor for comprometido com sua prática e consciente da importância dela, pode encontrar estratégias para superar essa dificuldade de tempo. Por várias vezes, quando estava em visita à escola, presenciei a supervisora passeando ou tomando cafezinho enquanto alguns professores também estavam disponíveis – isso fora do horário de recreio que é o descanso de ambos – esse momentos poderiam ser usados para conversas que pudessem auxiliar a supervisora a identificar possíveis necessidades que precisassem de sua intervenção.

Finalizando temporariamente essa análise, podemos perceber como a prática anda distante do discurso e esse é um dos principais motivos para que a escola esteja enfrentando as dificuldades que se apresentam em seu cotidiano. E, no que se refere à ação da supervisão e sua responsabilidade no processo de educação, identificamos que a prática da supervisão que encontramos pouco se distancia dos moldes da supervisão fundamentada em princípios técnico-administrativos. Aliás, é essa a nomenclatura utilizada para definir a equipe de atendimento escolar da qual a

supervisão faz parte – equipe técnica. Esse tipo de supervisão precisa ser superado e substituído por uma supervisora que, antes de tudo, seja educadora, que esteja próxima dos professores, colocando-se para auxiliar. Que consciente de suas convicções e agindo de maneira intencional, seja capaz de coordenar ações, promovendo oportunidades coletivas de estudo e reflexão que façam acontecer uma práxis para a transformação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que tenham sido muitos os problemas enfrentados para a execução deste trabalho, alguns de ordem pessoal, outros por receio dos envolvidos no processo de investigação, creio que no final, os objetivos foram alcançados.

É notória a insegurança que permeia os sujeitos da escola quando se trata de pesquisas ou estágios que venham a desnudar seu cotidiano, mostrar suas fragilidades. Insegurança essa que pode ser entendida devido a alguns estagiários que adentram a escola, para a realização de sua prática supervisionada, muito mais com a intenção de apontar as falhas do que de entender a realidade da escola e as dificuldades enfrentadas por ela ou para buscar meios de contribuir para a solução do problema. No entanto, ainda encontramos pessoas que entendem ser uma oportunidade para repensar a forma como as ações educativas têm acontecido, quais suas limitações e suas possibilidades. Por isso, ao final desse trabalho, voltaremos à escola para apresentar os resultados e, de alguma maneira, poder contribuir para que a escola, assim como seus agentes, possam realizar sua função de maneira satisfatória e significativa.

No que se refere à atuação do supervisor, podemos perceber que muitas mudanças ainda precisam acontecer para que os professores vejam os supervisores como seus parceiros. Falo porque pude presenciar – durante o ano de 2010, quando realizei a minha prática supervisionada e ainda presencio, pois permaneço na escola realizando um projeto social¹ com os alunos e suas famílias - a distância que ainda existe no relacionamento desses dois profissionais. Quanto aos supervisores, seria interessante se pudessem assistir apenas uma escola onde acompanhassem diariamente todo o seu cotidiano. Mas, não sendo possível, é preciso que o tempo

¹ Projeto Artvida, desenvolvido pela Igreja Congregacional Dinâmica, que tem o objetivo de, através

seja reorganizado, é necessário que o supervisor reflita sobre sua prática para transformá-la de maneira que este possa desenvolver a contento sua função fazendo com que o professor baixe a guarda e encontre nele um aliado para a realização de sua tarefa.

Por fim, é possível perceber a importância da definição de nossa posição quanto à concepção de supervisão que queremos desempenhar, para que quando estivermos exercendo a profissão, não sejamos mais um dos muitos profissionais que esqueceram suas convicções. É necessário muito estudo e dedicação para que estejamos sempre atualizados e possamos dar o auxílio necessário aos professores que serão nossos parceiros na difícil, mas compensadora, tarefa de educar.

BIBLIOGRAFIA

ALONSO, Myrtes. A supervisão e o desenvolvimento profissional do professor. In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto (org.). **Supervisão educacional para uma escola de qualidade**. 4ª edição, São Paulo: Cortez, 2003.

BARBOSA, Sandra Carla Pereira. Em busca das finalidades da escola. In: MEDEIROS, Almira Lins de e ROCHA, Vagda Gutemberg Gonçalves (org.). **O projeto político pedagógico** – uma construção coletiva, uma produção de saberes. Campina Grande: EDUEPB, 2009.

BENEVIDES, Emmanuel de Souza. A organização do tempo escolar na Escola Cândido Régis de Brito. In: MEDEIROS, Almira Lins de e ROCHA, Vagda Gutemberg Gonçalves (org.). **O projeto político pedagógico** – uma construção coletiva, uma produção de saberes. Campina Grande: EDUEPB, 2009.

BRASIL, **Lei de diretrizes e bases da educação**. art 2º e art. 4ª, incisos I e II. Brasília: MEC, 20 de dezembro de 1996.

CRUZ, Adriana Maria da. Concepções a cerca da supervisão educacional, formação continuada de professores e processo de decisão na construção de um projeto político pedagógico. In: MEDEIROS, Almira Lins de e ROCHA, Vagda Gutemberg Gonçalves (org.). **O projeto político pedagógico** – uma construção coletiva, uma produção de saberes. Campina Grande: EDUEPB, 2009.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto. Supervisão Educacional: novas exigências, novos conceitos, novos significados – In: RANGEL, Mary (org.). **Supervisão pedagógica: princípios e práticas**. Campinas, SP: Papyrus, 2001.

LIMA, Elma Correa de. Um olhar histórico sobre a supervisão – In: RANGEL, Mary (org.). **Supervisão pedagógica: princípios e práticas**. Campinas, Sp: Papyrus, 2001.

NOGUEIRA, Martha Guanaes. **Supervisão Educacional: a questão política**. São Paulo: Edições Loyola, 1989.

PASCHOAL, Tatiana Rosa Oliveira. A organização da prática educativa: uma possibilidade de minimizar a exclusão escolar. In: MEDEIROS, Almira Lins de e ROCHA, Vagda Gutemberg Gonçalves (org.). **O projeto político pedagógico** – uma construção coletiva, uma produção de saberes. Campina Grande: EDUEPB, 2009.

RANGEL, Mary. O estudo como prática de supervisão – in: RANGEL, Mary (Org.). **Supervisão pedagógica: princípios e práticas**. Campinas, SP: Papyrus, 2001.

RANGEL, Mary. Supervisão: do sonho à ação – uma prática em transformação. In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto (org.). **Supervisão educacional para uma escola de qualidade**. 4ª edição, São Paulo: Cortez, 2003.

RONCA, Antonio Carlos Caruso e GONÇALVES, Carlos Luiz M. S. A supervisão escolar: um urgente desafio. In: ALVES, Nilda (coord.). **Educação e supervisão** – O trabalho coletivo na escola, 10ª edição, São Paulo: Cortez, 2003.

SILVA JR, Celestino Alves da. **Supervisão da educação**: do autoritarismo ingênuo à vontade coletiva, 2ª edição, São Paulo: Loyola, 1986. (Coleção Educar nº 14)

SILVA JR, Celestino Alves da. Organização do trabalho na Escola Pública: o pedagógico e o administrativo na ação supervisora. In: SILVA JR, Celestino Alves da e RANGEL, Mary (org.). **Nove olhares sobre a supervisão**. Campinas, Sp: Papyrus, 1997.

VILLAS BOAS, Maria Violeta. A prática da supervisão. In: ALVES, Nilda (coord.). **Educação e supervisão** – O trabalho coletivo na escola, 10ª edição, São Paulo: Cortez, 2003.